

A função social atrelada aos recuos frontais das edificações: os espaços de transição por cartografias subjetivas em Patos de Minas

*The social function linked to the front setbacks of buildings: Transition spaces through
subjective cartographies in Patos de Minas.*

JENNIFER KIRCHNER DA SILVA
Discente de Arquitetura e Urbanismo (UNIPAM)
jenniferks@unipam.edu.br

EDUARDO CARDOSO DE ARAÚJO
Professor orientador (UNIPAM)
eduardoca@unipam.edu.br

Resumo: A pesquisa investiga o valor urbano e social dos recuos frontais das edificações, com foco no potencial desses espaços como áreas de transição entre a esfera privada e o espaço público. Com ênfase na concepção de tais recuos como expressão de uma “gentileza urbana”, busca-se compreender de que modo as áreas frontais dos lotes, muitas vezes subutilizadas, podem ser repensadas e melhor aproveitadas em benefício da comunidade local. Pretende-se analisar, neste estudo, a forma como os recuos frontais se inserem na malha urbana de Patos de Minas e os usos que lhes têm sido atribuídos, verificando se oferecem ou não proteção aos pedestres e se lhes conferem mobilidade, conforto e possibilidades ampliadas de interação. Para tanto, são produzidas cartografias que buscam apreender as percepções e práticas cotidianas relacionadas a esses espaços, bem como seu potencial de contribuição para a intensificação da interação social e para o aprimoramento do ambiente urbano, enquanto promotor de qualidade de vida e de integração comunitária.

Palavras-chave: recuos frontais; malha urbana; cartografia; gentileza urbana.

Abstract: This research investigates the urban and social value of building front setbacks, focusing on their potential as transitional areas between private property and public space. Emphasizing the notion of such setbacks as an expression of “urban kindness,” the study seeks to understand how the front areas of lots, often underutilized, can be rethought and better used for the benefit of the local community. The research aims to analyze how front setbacks are incorporated into the urban fabric of Patos de Minas and the uses that have been attributed to them, verifying whether or not they provide protection to pedestrians and whether they promote mobility, comfort, and expanded opportunities for interaction. To this end, cartographies are produced in order to capture everyday perceptions and practices related to these spaces, as well as their potential to foster greater social interaction and to enhance the urban environment as a promoter of quality of life and community integration.

Keywords: front setbacks; urban fabric; cartography; urban kindness.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Percorrer a cidade por meio do simples ato de transitar em sua malha viária possibilita ao ser humano estabelecer uma primeira leitura do território em que se insere, sendo convidado – propositalmente ou não – a observar as vidas que circulam pelo espaço urbano e imaginar todas aquelas que se ocultam por trás das grades e muros das fachadas dos edifícios.

Quando se observa a urbe em si mesma, a leitura dos indivíduos que cruzam os caminhos uns dos outros ocorre de forma imediata. Quando se decide interpretar o outro – sentado em uma praça, parado em uma calçada ou correndo por uma faixa de pedestres –, o ser humano é capaz de tecer diversas conclusões instantâneas, verídicas ou não. No entanto, quando o objeto de interpretação está velado por uma grade, muro, porta ou portão, resta ao observador recorrer apenas ao seu imaginário, auxiliado por pequenos artefatos inanimados, para construir hipóteses sobre quem ali se encontra.

Ao avaliar as fachadas das edificações urbanas e ao buscar compreender de que modo afetam os transeuntes, tornam-se inevitáveis certos questionamentos: quais sensações são evocadas por construções inteiramente muradas, que não estabelecem qualquer troca com a cidade, àqueles que caminham diante delas? E quais seriam as características intrínsecas dos casos opostos, ou seja, das edificações completamente abertas à rua, que permitem interação direta com as pessoas? Haveria um ponto de equilíbrio entre essas duas formas ou existiria um modo mais adequado de projetar os frontispícios das edificações?

Essencialmente, de acordo com as Leis Urbanísticas, existem distâncias mínimas que devem ser mantidas entre as estruturas construídas e os limites da propriedade – a calçada. Estas normas visam garantir a segurança, a acessibilidade e a conformidade urbanística das construções, podendo variar de acordo com as legislações locais, geridas por prefeituras e/ou secretarias de urbanismo. No entanto, são inúmeras as possibilidades de uso e ocupação desses espaços denominados recuos frontais das edificações.

Os recuos frontais consistem nos espaços existentes entre a fachada de um edifício, seja ele comercial ou residencial, até a linha que marca os limites da via pública. Esses espaços são regulados por normas urbanísticas e possuem funções que incluem a organização do espaço público e privado, segurança, ventilação, iluminação e estética urbana. Gehl (2017) nomeia os locais onde a arquitetura encontra a rua como “espaços de transição suave”, que facilitam a interação do edifício com o espaço urbano ao redor.

Macedo (2015), ao abordar as transformações nos frontispícios das residências brasileiras, destaca que, a partir do século XIX, ocorreu uma modernização no modo de projetar nacional, moldada pelos padrões europeus. Nesse contexto, foram incorporados às moradias extensos recuos frontais, nos quais gramados ou canteiros floridos funcionavam como moldura das edificações. Segundo o autor, “o jardim frontal é o espaço principal e destina-se a expor e valorizar o palacete, que pode então ser admirado da rua pelos passantes, através dos gradis dos muros e portões” (Macedo, 2015, p. 39).

Inicialmente aplicados no Rio de Janeiro oitocentista, restritos aos palacetes da elite brasileira, os recuos frontais passaram, posteriormente, por diversas modificações projetuais e tipológicas. Nas décadas de 1920 e 1930, com o surgimento dos bairros-

jardim em São Paulo — inspirados na tradição inglesa —, os altos muros e grades frontais foram substituídos por sebes e gradis baixos, permitindo maior continuidade visual e paisagística entre os gramados das calçadas e os jardins das residências (Macedo, 2015). Esses afastamentos dianteiros contribuíram para a criação de harmonia e organização nas áreas urbanas, evitando que as edificações se aproximassem demasiadamente das vias públicas, além de favorecerem a segurança dos pedestres, a mobilidade nas calçadas e o contato entre residentes e transeuntes.

As fachadas permeáveis aos olhares de quem circula pela cidade mostram-se benéficas não apenas aos transeuntes, mas também aos moradores. Para os caminhantes, favorecem a contemplação e a sensação de segurança, associada à presença de outras pessoas no entorno. Para os residentes, possibilitam a observação da rua e o reconhecimento de quem compartilha a vivência urbana.

Nesse sentido, Gehl (2017, p. 82) ressalta:

A zona de transição é a parte externa mais ativa em uma área residencial. Aqui se encontra a porta de entrada da casa, que é aquela que os pedestres veem e vivenciam quando caminham pela área. [...] Pessoas chamam pessoas, portanto para que exista uma circulação segura em meio a cidade, as áreas de transição em frente as casas devem abrir espaço para que pessoas se sintam convidadas a pausar e vivenciar o espaço.

Mascaró e Mascaró (2020) discutem o impacto das transformações no ambiente urbano como fatores que promovem o conforto do pedestre. Segundo os autores, um método eficaz para alcançar esse objetivo é a criação de recintos urbanos, descritos como “a arquitetura sem teto” de espaços dentro da malha urbana, permitindo que o pedestre assuma a posição de observador participante da cidade.

Em alguns casos, colaborando para a criação de novos recintos urbanos e indo além do ideário inglês, os edifícios podem ser projetados sem muros ou grades que limitem sua conexão com a calçada. Nessa configuração, os recuos frontais podem ser aproveitados como espaços públicos a serviço da comunidade, funcionando como zonas de transição entre a via pública e o lote particular. Essa estratégia proporciona aos habitantes novas áreas de socialização, aplicáveis tanto a edificações comerciais quanto a residências unifamiliares ou multifamiliares.

De acordo com A São (2021), os muros trazem uma falsa sensação de segurança ao enclausurar os moradores e privar os caminhantes do contato humano. Além disso, aponta que as muralhas provocam um mau uso do espaço que guarda atrás de si, já que na grande maioria das vezes os recuos são vistos como uma punição ao proprietário do local devido à sua obrigatoriedade e se tornam espaços inutilizados, quando muito além disso esses espaços poderiam abrigar pessoas em praças ou cafés por exemplo, se houvesse tal orientação e incentivo governamental, público e social.

Considerar os lugares transitórios implica reconhecê-los não apenas como territórios físicos dentro do espaço urbano – que conferem continuidade visual e hierarquia de usos e propriedades – mas também como construções simbólicas no imaginário dos indivíduos que usufruem desses espaços, captando sensações e

experiências a partir de sua ocupação e fruição. Ao transitar pelos espaços urbanos, é possível desenvolver uma sensação de segurança quando os recuos frontais são ocupados por elementos como mobiliário urbano, flores, bicicletas estacionadas ou brinquedos deixados temporariamente. Tais elementos funcionam como testemunhos tangíveis da vida cotidiana e da proximidade com outras pessoas, promovendo a percepção de um ambiente habitado e acolhedor, conforme destacado por Gehl (2017).

O autor enfatiza ainda a importância da identidade do espaço urbano:

Caminhar na cidade permite longo tempo para vivenciar aquilo que as áreas ao nível da rua têm a oferecer, e saborear a riqueza de detalhes e informações. As caminhadas tornam-se mais interessantes e significativas, o tempo passa rapidamente e as distâncias parecem mais curtas. No entanto, em locais onde não existem espaços interessantes de transição, ou onde as áreas térreas são fechadas e monótonas, a caminhada parece longa e pobre em termos de experiência. O processo todo torna-se tão sem sentido e cansativo que, em geral, as pessoas desistem totalmente de caminhar. (Gehl, 2017, p.77)

No entanto, apesar de a concepção dos recuos frontais como espaços públicos ter se popularizado gradualmente desde o século XIX, muitas vezes seu papel como promotores de interação social é negligenciado pelos projetistas, que tendem a priorizar a estética em detrimento da funcionalidade social. Essa percepção dos espaços dianteiros dos edifícios como meros elementos de embelezamento urbano limita as formas de apropriação desses locais pelos transeuntes, restringindo-lhes a sensação de pertencimento, identidade e interação com o espaço.

Cullen (2015) trata do problema da impessoalidade nas cidades, destacando o direito dos indivíduos de reivindicar seus espaços:

O exterior não pode ser apenas um salão para expor peças individuais como se fossem quadros numa galeria. Terá de ser um meio destinado ao ser humano na sua totalidade, que o poderá reclamar para si, ocupando-o quer estaticamente quer pelo movimento (Cullen, 2015, p. 30).

No caso específico de Patos de Minas (MG), cidade em que se realizou esta pesquisa, os recuos frontais das edificações são frequentemente percebidos pela população como não-lugares, conceito definido por Augé (2012) como espaços residuais, abandonados, excluídos das dinâmicas urbanas ou como a antítese de um lugar antropológico, desprovidos de identidade cultural. Essa percepção resulta de diversos fatores, sendo um dos principais a priorização do resultado estético pelo residente em detrimento das experiências sensoriais e sociais que o espaço poderia proporcionar. Consequentemente, a relação do indivíduo com o recuo torna-se unidimensional, pautada exclusivamente na apreciação visual, transformando o caminhante em mero espectador, sem participação ativa na constituição da paisagem urbana.

Assim, alguns aspectos justificam a necessidade de estudar os recuos frontais das edificações e seu papel enquanto ambientes transitórios na urbe e no imaginário

peçoal dos seus habitantes. Como afirma Bloomer (1982), “o caminho é, pela sua própria natureza, um vazio concebido para canalizar o movimento humano”, sendo que esse movimento pode ser potencializado por meio do aproveitamento adequado da área frontal dos lotes.

2 O VALOR AGREGADO ÀS ZONAS DE TRANSIÇÃO

Como citado anteriormente, o espaço urbano se configura a partir da conjunção de elementos imóveis e materiais – como edificações e vias urbanas – com suas partes móveis, imateriais e mutáveis, responsáveis pela caracterização do espaço por meio de sua ocupação. Essa segunda dimensão é composta por seres humanos transitando na rotina diária, animais em busca de habitat e o paisagismo, frequentemente vivo. O constante movimento desses elementos gera espaços ricos em estímulos perceptivos e sensoriais, que se transformam em signos da cidade. Para compreender tais signos na cidade em movimento, Peirce (2003) afirma que, para que algo seja considerado um signo, ele deve representar outra coisa, denominada seu objeto.

O reconhecimento do valor agregado ao lugar quando ele acolhe as pessoas é de extrema importância para a construção de uma cidade otimizada, uma vez que os elementos móveis que constituem o espaço urbano – especialmente os indivíduos e suas práticas cotidianas – são tão relevantes quanto seus elementos imóveis, pois são esses atores que constroem e transformam diariamente a malha urbana (Lynch, 2016).

Neste sentido, considerando a cidade como um espaço repleto de pessoas em constante movimento e em busca de lugares de representação no meio urbano, os recuos frontais apresentam grande potencial para abrigar signos que expressem a vivência mutável no espaço citadino. Entretanto, quando esse potencial de expressão da vida urbana é negligenciado, tais áreas acabam restritas a uma função meramente estética, reduzindo o ponto de vista e a interação social às calçadas. Estas, por sua vez, tornam-se impessoais e transmitem um sentimento de não pertencimento aos indivíduos, que frequentemente se veem diante de fachadas inativas, inacessíveis e visualmente impermeáveis. Nesse contexto, como observa Macedo (2015, p. 110),

Cada vez mais, o seu espaço é especializado: se os leitos carroçáveis são destinados aos veículos, aos pedestres cabem as calçadas, muitas vezes exíguas, malcuidadas e repletas de estorvos, tais como postes, árvores, lombadas e quiosques.

A fim de promover investigações acerca da condição dos recuos frontais nas edificações urbanas, o caminhar configura-se como o método mais direto, pois possibilita ao pesquisador a inserção no ponto de vista do transeunte ao longo de um percurso. Careri (2013) compreende o percurso como instrumento de conhecimento da paisagem e daquilo que ela evoca no caminhante. Nesse sentido, ao fundar, em 1995, o grupo *Stalker*, o autor propôs caminhadas exploratórias como prática metodológica. O ato de caminhar, entendido como investigação espacial, aproximou o grupo do pensamento urbano, permitindo reconhecer as ruas e calçadas como ferramentas de elevado potencial para o mapeamento e a transformação da paisagem.

Figura 1: O andar enquanto prática urbana – Grupo Stalker



Fonte: Observatório Nomade - <https://arte-util.org/projects/stalker-lab>.

A dimensão corporal do ato de percorrer a cidade reflete diretamente na percepção do meio, reverberando no itinerante. Assim, uma cidade marcada por fachadas muradas tende a induzir – ainda que de modo não intencional – à linearidade do trajeto, desestimulando a atenção ao que se oculta por trás dessas barreiras. O ingresso nos edifícios, nesse contexto, ocorre de forma abrupta, sem transições graduais. Em contrapartida, os frontispícios que apresentam afastamentos frontais oferecem uma passagem mais sutil entre a rapidez e a desordem do espaço urbano e a privacidade e ordem do interior das residências ou instituições.

Considerando esse aspecto, observa-se que os recuos frontais possuem potencial de suscitar distintas sensações nos indivíduos a partir de sua configuração tipológica, o que possibilita sua nomeação e classificação segundo diferentes critérios.

Ao abordar a importância social dos recuos frontais, Oliveira e Scopel (2017, p. 4) destacam que, “muito além de sua obrigatoriedade para insolação e ventilação das edificações, esses espaços abertos são locais propícios para as relações entre a população, as classes e os grupos”.

Diversos autores têm se dedicado à classificação dos recuos localizados na parte anterior dos lotes. Bentley *et al.* (1999, p. 144), por exemplo, definem esse espaço como zona híbrida, caracterizando-o como um dos “espaços mais visíveis e conhecidos na cidade, porém um dos mais esquecidos e subavaliados também”. Os autores ressaltam a relevância desse elemento para a malha urbana, na medida em que o afastamento frontal constitui o ponto de partida para a assimilação da imagem de uma edificação e para o acolhimento das interações interpessoais inevitavelmente desencadeadas nos momentos de chegada e saída do edifício.

Apesar de abrigarem diversas interações interpessoais, as diferentes tipologias dos recuos frontais podem condicioná-las de modos distintos, tornando-as visíveis, públicas e positivas, ou, ao contrário, veladas, privadas e até hostis à comunidade que compõe a vida urbana. Nesse sentido, os recuos frontais das edificações podem ser agrupados em três categorias:

- a) Usos e ocupações: classificam-se como públicos quando abertos aos usuários externos da vida urbana, ou privados, quando restritos à utilização de seus ocupantes fixos.
- b) Aproveitamento: quando públicos, os recuos podem adquirir caráter hostil caso existam apenas como espaços vagos, sem oferecer benefícios aos seus usuários. Em contrapartida, em situações em que incorporam elementos como vegetação, sombreamento ou mobiliário urbano, configuram-se como *gentilezas urbanas*, ao proporcionarem maior qualidade ambiental e social.
- c) Tipologias: quanto à forma de aplicação, os recuos frontais se apresentam, em geral, em três possibilidades: murados, gradeados ou abertos, podendo os dois primeiros coexistir em uma mesma fachada.

Exemplificam-se, a seguir, por meio de representações digitais, as diferentes tipologias de fachada que um mesmo edifício pode apresentar, variando apenas quanto ao nível de permeabilidade física e visual oferecida ao transeunte.

Figura 2: Tipologias de fachada e suas permeabilidades físicas e visuais.
Da esquerda para a direita: aberta, gradeada e murada.



Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Verifica-se a existência de numerosos estudos sobre a cidade de Patos de Minas, frequentemente abordada em trabalhos acadêmicos de iniciação científica, mestrado e doutorado, em distintas áreas do conhecimento. Contudo, ainda são restritas as investigações voltadas especificamente aos espaços livres localizados no interior dos lotes que compõem o perímetro urbano, objeto central desta pesquisa.

Enquanto cidade de porte médio, Patos de Minas apresenta a necessidade de maior integração entre seus habitantes. Entretanto, observa-se a redução progressiva dos recuos frontais ativos, em virtude de fatores como a especulação imobiliária e a elevação do valor do metro quadrado. A supressão desses espaços livres, dotados de expressivo valor social, compromete a ocorrência de interações comunitárias e a preservação de memórias coletivas, aspectos essenciais à vivência cotidiana dos moradores. Tal perda impacta também a paisagem urbana, compreendida como elemento a ser apreciado, recordado e contemplado (Lynch, 2016).

3 MAPEANDO OS RECUOS FRONTAIS

Alguns aspectos justificam a realização desta pesquisa acerca da qualidade dos recuos frontais em Patos de Minas, considerando que tais espaços se encontram em contato cotidiano com os habitantes da cidade. A revisão crítica e a construção de novos olhares sobre o tratamento destinado a esses locais de transição, fundamentais à experiência do caminante, constituem demandas relevantes no debate urbano. Nesse sentido, Abbud ressalta:

Um lugar deve ser sempre agradável e propiciar conforto. Nos dias quentes, deve refrescar com sua sombra; nos frios, aquecer com o sol. E sobretudo deve ter proporção e escala compatíveis com o ser humano (Abbud, 2010, p. 24).

Para identificar a situação dos recuos frontais em Patos de Minas, a pesquisa estruturou-se em dois eixos principais para a construção de repertórios e elaboração das cartografias. O primeiro eixo consistiu em visitas presenciais a edificações, complementadas por passeios virtuais, em um recorte previamente delimitado da cidade. Tal abordagem permitiu compreender de que modo os recuos estabelecem vínculos físicos, culturais e afetivos com os indivíduos. O segundo eixo fundamentou-se no levantamento de dados voltados à elaboração de cartografias subjetivas do município, delimitando a localização dos recuos frontais no perímetro selecionado e caracterizando-os sob perspectivas tipológicas e qualitativas.

Em função da complexidade inerente à escala de uma cidade média, como Patos de Minas, e do prazo delimitado para a execução da pesquisa, tornou-se necessário definir um fragmento territorial a ser analisado em maior profundidade, de modo a reconhecer os recuos frontais nas edificações e avaliar seu estado qualitativo, estabelecendo-se um parâmetro comparativo com o restante da cidade. O recorte adotado fundamenta-se na percepção cotidiana do caminhar e nos locais onde essa prática ocorre com maior frequência. Nesse sentido, o Bairro Nossa Senhora das Graças foi eleito como área de estudo, visto que um dos autores reside no local há cinco anos, o que possibilita uma familiaridade prévia com o espaço, carregada de memórias sensoriais que, embora experienciadas, ainda não haviam sido objeto de análise sistemática.

Figura 3: Fragmento do mapa de Patos de Minas (MG) com demarcação do Bairro Nossa Sra. das Graças



Fonte: Prefeitura Municipal de Patos de Minas, adaptado pelos autores, 2024.

O Bairro Nossa Senhora das Graças localiza-se na zona noroeste de Patos de Minas, a aproximadamente 2 km do centro da cidade. A área conta com uma extensa região de preservação ambiental, quatro praças e 45 quadras edificadas, conforme levantamento realizado pela Prefeitura Municipal.

No que se refere à infraestrutura disponível, observa-se que os moradores dispõem de uma variedade significativa de equipamentos urbanos, incluindo açougues, agências bancárias, consultórios, mercados, farmácias, postos de combustíveis e comércios em geral, distribuídos de forma relativamente homogênea pelo bairro.

Figura 4: Mapa dos equipamentos no Bairro Nossa Sra. das Graças



Fonte: Prefeitura Municipal de Patos de Minas, adaptado pelos autores.

Na identificação dos recuos frontais das edificações do bairro analisado, observou-se o caráter predominantemente residencial e de uso privado do perímetro estudado. As poucas construções destinadas ao uso público encontram-se, em sua maioria, localizadas ao longo das vias de maior fluxo de veículos e pedestres, tais como as ruas Manoel Dias Pereira e Gabriel Pereira, além da Avenida Tomaz de Aquino.

Figura 5: Mapa de Usos das edificações do Bairro Nossa Sra. das Graças



Fonte: Prefeitura Municipal de Patos de Minas, adaptado pelos autores.

A partir do reconhecimento dos edifícios do bairro como públicos ou privados, e excluindo da análise os vazios urbanos, tais como lotes vagos e praças, procede-se à análise tipológica das fachadas, avaliando o grau de interação que estas permitem entre os transeuntes e os recuos frontais das edificações.

O levantamento foi estruturado em três categorias, previamente apresentadas: fachadas abertas, gradeadas e muradas.

Figura 6: Mapa de levantamento tipológico das fachadas das edificações do Bairro Nossa Sra. das Graças

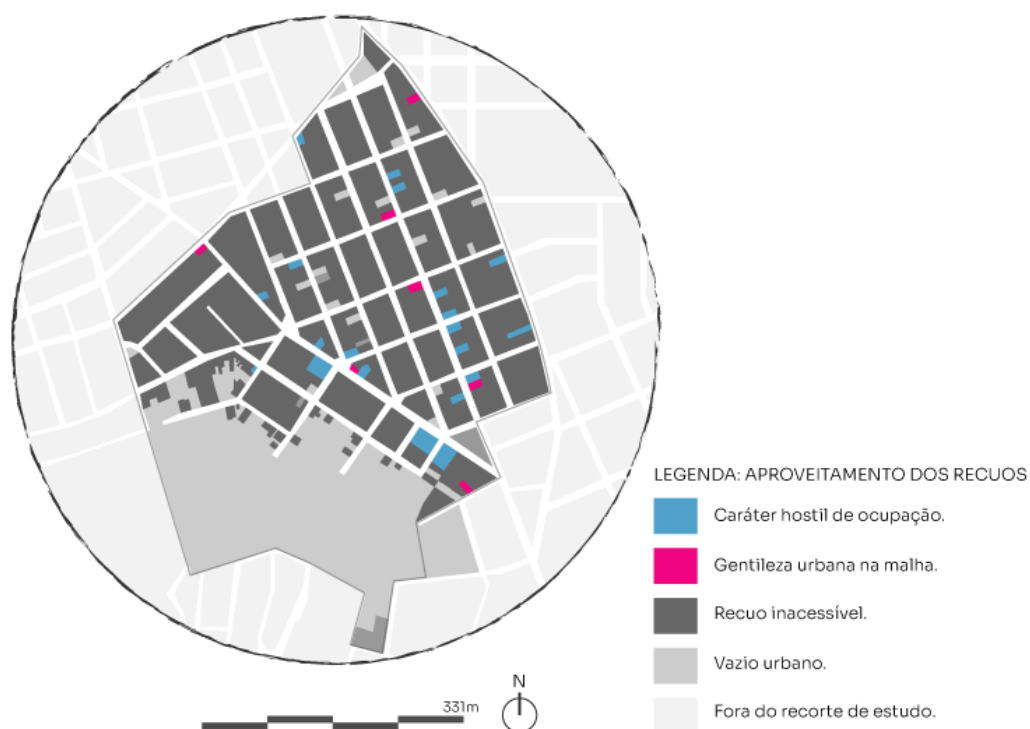


Fonte: Prefeitura Municipal de Patos de Minas, adaptado pelos autores.

Tendo demarcado de que modo as fachadas das edificações do Bairro Nossa Senhora das Graças foram construídas, faz-se possível a percepção do baixíssimo nível de aproveitamento das áreas de transição nos lotes enquanto parte constituinte do caminhar urbano, visto que a grande maioria das construções são fechadas por grades que impedem o contato físico de outras pessoas com os recuos frontais, ou até mesmo muros que bloqueiam não somente este contato como também a contemplação visual do caminhanter à casa e às vidas que elas abrigam.

Percebendo então a carência de edificações com recuos frontais acessíveis aos caminhanteres e moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, parte-se para uma análise do nível de aproveitamento daqueles poucos que existem. Nota-se a presença de somente 27 recuos frontais abertos ao público dentro de todo o bairro, sendo que apenas sete desse total foram classificados como gentileza urbana por contar com elementos como espaço sombreado, mobiliário urbano, vegetação de pequeno a grande porte ou equipamentos de divertimento infantil. Os demais 20 recuos frontais apresentam caráter hostil de ocupação, sendo utilizados exclusivamente para estacionamento de veículos ou colocação de mesas restritas a clientes durante o funcionamento de estabelecimentos comerciais adjacentes.

Figura 7: Mapa de aproveitamento dos recuos das edificações do Bairro Nossa Sra. das Graças



Fonte: Prefeitura Municipal de Patos de Minas, adaptado pelos autores, 2024.

Figura 8: Configurações encontradas no Bairro N. Sra. das Graças: recuo inacessível, ocupação com caráter privativo e gentileza urbana (da esquerda para a direita).



Fonte: Captura de tela do Google Street View, 2022.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se apoiou em teses de doutorado e mestrado, registros fotográficos e levantamentos *in loco*. Além disso, a revisão da literatura mostrou-se imprescindível como apoio na pesquisa e verificação de dados ao longo de toda a pesquisa, desde seu início até a entrega final.

Após a conclusão do levantamento de dados, realizado por meio da análise do bairro selecionado, verificou-se que a distribuição espacial dos recuos frontais abertos ao público ocorre de forma bastante irregular no traçado da malha urbana. Entretanto, independentemente de sua localização, constatou-se que o número de recuos acessíveis é significativamente reduzido quando comparado ao total de lotes existentes no bairro.

Quanto à tipologia de fachadas, que escondem ou não os seus recuos frontais, a distribuição também ocorre de maneira diversificada, existindo quadras compostas majoritariamente por fachadas muradas e visualmente inacessíveis aos caminhantes, e outras com o cenário diferente, formado em sua maioria por fachadas gradeadas, que permitem aos passantes pelo menos o acesso visual de seu interior.

Observa-se, assim, que a grande maioria das quadras apresenta caráter heterogêneo, abrigando edificações com caráter misto, havendo diferentes tamanhos, usos, formatos e aproveitamentos dos recuos frontais – sejam eles em locais comerciais, residenciais ou institucionais –, os quais podem ou não ser devidamente aproveitados por seus usuários e pela comunidade circundante.

O reduzido contato entre os caminhantes e as edificações, constatado ao longo do percurso urbano, revela-se prejudicial, uma vez que limita as interações humanas, essenciais para a construção de uma vida urbana mais dinâmica e acolhedora. A presença de grades e muros estabelece barreiras físicas e visuais que dificultam a conexão do pedestre com o ambiente, tornando as caminhadas menos prazerosas e mais solitárias. A ausência de visibilidade das casas e das pessoas que nelas habitam intensifica a sensação de anonimato e insegurança, ao passo que restringe a possibilidade de fortalecimento dos vínculos sociais e da criação de espaços urbanos propícios à convivência e ao senso de pertencimento.

O processo de execução deste trabalho se mostrou inquietante e enriquecedor, abrindo a possibilidade de estudo de áreas pouco exploradas. Apesar de ter sofrido dificuldades no início de desenvolvimento cartográfico e de coletas de dados, devido ao baixo nível de pesquisa dentro deste nicho especificamente, a busca por registros dos recuos frontais nas edificações ao longo dos anos – no Brasil como um todo ou em Patos de Minas especificamente – mostrou-se muito prazerosa por guardar em si não somente dados arquitetônicos, mas também, e talvez principalmente, sociais e afetivos que cabem ainda muitas possibilidades de análise.

Inspirada no ideal de Gehl (2017, p. 232): “abrir os espaços de transição entre a cidade e os edifícios, para que a vida no interior das edificações e a vida nos espaços urbanos funcionem conjuntamente”, esta pesquisa reconhece não ter caráter definitivo nem pretende promover mudanças imediatas na realidade de Patos de Minas quanto à apropriação dos recuos frontais como espaços de estímulo social. Todavia, espera-se que os resultados aqui apresentados contribuam para a conscientização da comunidade

acadêmica e dos agentes urbanos acerca do tema, favorecendo, de forma gradual, o aproveitamento pleno desses espaços em sua máxima potencialidade.

REFERÊNCIAS

ABBUD, Benedito. **Criando paisagens**: guia de trabalho em arquitetura paisagística. 4. ed. São Paulo: Senac, 2010.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução Maria Lúcia Pereira. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.

BENTLEY, Ian *et al.* **Entornos Vitales**: Hacia un Diseño Urbano y Arquitectónico Más Humano: Manual Práctico. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

BLOOMER, Kent C.; MOORE, Charles W. **Cuerpo, memoria y arquitectura**: Introducción al diseño arquitectónico. Espanha: H. Blume Ediciones, 1982.

CARERI, Francesco. **Walkscapes**: o caminhar como prática estética. São Paulo: Editora Gustavo Gilli, 2013.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 2015.

DOURADO, G. M. Vegetação e quintais da casa brasileira. **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], n. 19, p. 83-101, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40221>.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

A SÃO PAULO do não pode! As regras que encarecem o M², espraia a cidade e matam as calçadas. Canal São Paulo Nas Alturas, por Raul Juste Lores. [S. l.: s. n.], 2021. 1 video (12 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=j-rO602iu_M.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2016. 198 p. ISBN 9789724414119.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**: 1783-2000. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MASCARÓ, Lucia; MASCARÓ, Juan José. **Ambiência urbana**. 4. ed. Porto Alegre: Masquatro, 2020.

OLIVEIRA, Daiana Fauro; SCOPEL, Vanessa Guerini. **Os recuos das edificações como função social**: uma visão paisagística e urbanística. 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu>.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Tradução José Teixeira Coelho Neto. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

SÃO PAULO. Gestão Urbana. Disponível em:
<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (SMUL). **Recuos**. [S. l.], 2024.